

SPRA exige a realização do concurso do pessoal docente para o ano lectivo 2011/2012

POR: LUIS JOÃO COSTA

Ontem no âmbito de uma acção conjunta com os sindicatos da FENPROF, o Sindicato dos Professores da Região Açores juntou-se a outros sindicatos representativos dos trabalhadores da Administração Pública e entregou no Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada uma Providência Cautelar Antecipatória que visa travar o "roubo" dos salários dos funcionários públicos que o Governo da República concretizou através do Orçamento de Estado para 2011.

Em conferência de imprensa António Lucas, do Sindicato dos Professores da Região Açores, referiu que o referido diploma tem normas inconstitucionais, por violação da competência da Região Autónoma dos Açores no que concerne à organização da administração regional autónoma. António Lucas denuncia que foram violados os deveres de segurança jurídica e contratual que um Estado de Direito tem para com os seus funcionários, em particular, e para com os cidadãos, em geral, bem como os preceitos da negociação colectiva, tendo em conta o desrespeito pelos prazos previstos na Lei para a audição dos parceiros sociais, uma vez que o Orçamento de

Estado foi aprovado em pleno período de apreciação pública e de pronúncia das associações sindicais.

Segundo António Lucas através da Providência Cautelar Antecipatória, o Sindicato dos Professores da Região Açores espera a reposição da legalidade e a reparação da injustiça consubstanciada no Orçamento de Estado para 2011 para com os docentes dos Açores, a quem, conjuntamente com os restantes funcionários públicos, uma vez mais, são pedidos sacrifícios para compensar a gestão danosa a que o país foi sujeito nas últimas décadas.

No decorrer da conferência de imprensa António Lucas referiu que relativamente às declarações da Secretária da Educação e Formação sobre os impedimentos legais para a realização dos Concursos Interno e Externo do Pessoal Docente na Região Autónoma dos Açores, o SPRA considera que o quadro legal autonómico permite ao poder político regional fundamentar quer a realização dos concursos de recrutamento do pessoal docente quer a admissão de novos funcionários públicos, independentemente do previsto nos orçamentos nacional e regional para o ano de 2011. António Lucas referiu ainda que para além de que as restrições de



>>EDUCAÇÃO António Lucas, Sindicato Professores da Região Açores

recrutamento no âmbito do Governo da República não são absolutas, uma vez que o Ministro da Justiça já anunciou o recrutamento, no presente ano, de trezentos guardas prisionais. Seguindo o dirigente sindical o SPRA considera ainda que a manutenção, por mais um ano, de centenas de professores e educadores em regime de precariedade é inaceitável. Por último o SPRA defende que a existência de um corpo docente estável é um requisito fundamental para o sucesso do Sistema Educativo Regional e para uma escola pública de qualidade.

Perante esta situação o Sindicato dos Professo-

res da Região Açores entende que os motivos da não realização dos Concursos do Pessoal Docente, na Região Autónoma dos Açores, prendem-se, assim, com uma decisão política e não de constrangimentos legais. Defendem que por se tratar de uma situação que afecta incondicional e profundamente a vida profissional, pessoal e familiar dos docentes, o SPRA desenvolverá todos os esforços no sentido de inverter a posição da Secretária Regional da Educação e Formação.

António Lucas anunciou ainda que o Sindicato dos Professores da Região Açores inicia

hoje a distribuição de postais pelas diversas escolas do arquipélago, que serão depois enviados à tutela, exigindo "a realização, em Janeiro, do concurso de pessoal docente" para o próximo ano lectivo. Com esta iniciativa pretende "proceder a uma recolha rápida de assinaturas dos docentes antes da primeira quinzena deste mês", estimando o sindicato que possam assinar o documento "entre 1500 a 2000" professores, dos cerca de 4600 que trabalham nos Açores.

O dirigente sindical salientou que "a não realização do concurso afecta centenas de docentes contratados a prazo e

a mobilidade interna". António Lucas defende que "É de elementar justiça realizar o concurso. Existem mais de 800 professores e educadores a contrato na região há seis e sete anos, que estão a suprir necessidades permanentes de trabalho nas escolas".

António Lucas admitiu ainda a realização de uma acção de rua até final de Janeiro para "inverter a posição da Secretária Regional da Educação", frisando que "a existência de um corpo docente estável é um requisito fundamental para o sucesso do Sistema Educativo Regional e para uma escola pública de qualidade".